

**OITO MESES DE PANDEMIA NO BRASIL: MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO  
FEDERATIVO E PERSPECTIVAS COM AS VACINAS****Bolívar Pêgo**

Coordenador-geral de pesquisa em questões regionais, urbanas e ambientais da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea e coordenador da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública.

**Rosa Moura**

Profissional sênior na Dirur do Ipea e coordenadora técnica da nota técnica.

**Caroline Krüger**

Pesquisadora doutora na Dirur do Ipea.

**Gustavo Ferreira**

Pesquisador doutorando na Dirur do Ipea.

**Líria Nagamine**

Pesquisadora mestre na Dirur do Ipea.

**Maria Nunes**

Pesquisadora doutora na Dirur do Ipea.

**Paula Moreira**

Pesquisadora doutora na Dirur do Ipea.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ntdirur21>

**Objetivo**

Em continuidade à Nota Técnica (NT) nº 16/2020, que discorreu sobre os meses iniciais da pandemia do novo coronavírus, fechando o período de análise em 15 de abril de 2020, a presente análise aborda as medidas para o enfrentamento da pandemia pelos entes federados e as perspectivas que despontam com as vacinas. Tem como objetivo dar continuidade às análises realizadas, buscando avaliar os principais conflitos e desafios nos municípios brasileiros, abarcando as faixas de fronteira terrestres e litorâneas, em função deste advento, após oito meses de trajetória da pandemia no Brasil.

**Metodologia**

Com abordagem dedutiva, as análises baseiam-se em pesquisa exploratória de dados quantitativos e qualitativos, disponibilizados pelas principais fontes de governo e instituições de pesquisa e monitoramento da Covid-19 no Brasil, bem como pela revisão de bibliografia especializada nos organismos multilaterais, *sites* institucionais, periódicos nacionais e internacionais. O estudo procura delimitar quais perspectivas se devem

considerar para o enfrentamento da Covid-19, tendo em vista o cenário atual relativo a medidas sociais e sanitárias, bem como também analisar a produção de medicamentos e vacinas para combate efetivo da doença.

**Análises**

Como continuidade à NT nº 16/2020, esta NT se inicia por historiar as medidas e as decisões do governo federal, destacando a desarticulação de ações interfederativas, dando-se destaque aos resultados apresentados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em relação ao processo TC nº 016.708/2020-2, que fiscaliza e acompanha a governança do centro de governo durante o enfrentamento da pandemia.

Na sequência, é realizada uma análise das medidas nos estados, avaliando-se o movimento de reabertura econômica desde junho, em contraste com a evolução dos números de coeficiente de mortalidade (óbitos por 100 mil unidades) por Covid-19 nas Unidades da Federação (UFs). As contradições evidenciadas por essas informações revelam desarticulação nas medidas de reabertura diante de quadros

de avanço do vírus, colocando em relevo a pressão em atender a demandas de reabertura econômica (empresários, desempregados etc.) mais do que às necessidades em curso pela pandemia, especialmente demonstradas pelo alastramento entre a população e nas comunidades mais precarizadas. Sendo assim, também se incorpora no estudo um conjunto de reflexões trazidas de um dossiê sobre a Covid-19 nas metrópoles, majoritariamente situadas na faixa de fronteira litorânea, com questões delineadas a partir da problemática das desigualdades socioterritoriais.

Reconhecendo que medidas sanitárias e sociais ficaram aquém do desejado quanto à contenção da pandemia, nesta NT trata-se da conjuntura atual em relação às perspectivas para o enfrentamento da Covid-19 após a aprovação e a distribuição de vacinas, no mundo e no Brasil. Enquanto se aguarda, vive-se o prolongamento da transmissão do vírus em algumas partes, reincidências e ondas de transmissão em outras, provocando períodos de intermitência de abertura e fechamento da economia e do distanciamento social.

### Resultados

Verifica-se pela análise realizada sobre ações e medidas nos estados para o enfrentamento da Covid-19 que, se os mesmos problemas estruturais se reproduzem em todas as cidades do país, colocando em xeque a falta de articulação interfederativa das ações e de políticas sociais atentas à exacerbação dos problemas ocasionados pela desigualdade socioespacial, com grandes prejuízos aos segmentos mais vulneráveis da sociedade, na fronteira terrestre, às medidas e aos controles necessários devem ser acrescidas as especificidades dadas pela complexidade própria da dinâmica transfronteiriça dos espaços. O fechamento da fronteira, que demonstra não ter sido suficiente para conter o avanço da pandemia na região, constituiu-se muito mais em ação de cerceamento das relações cotidianas e institucionais das cidades, devendo-se averiguar se não teria sido ele próprio, pelo contrário, um dos causadores desse avanço, na medida em que alguns serviços públicos, como os de saúde, são compartilhados entre as cidades de ambos os lados da divisa internacional.

A perspectiva que se apresenta no momento delinea-se pela flutuação da propagação do vírus

carregando consigo a possibilidade de novos fechamentos e aberturas da fronteira, além da discussão para que ocorra uma justa distribuição da vacina quando esta se tornar disponível para toda a sociedade. Conclui-se que a continuidade da análise sobre a pandemia e a fronteira requer uma aproximação com a realidade local, o que se intenciona que venha a ser realizado a partir de uma pesquisa com base em entrevistas e/ou questionários *online*, cujos resultados estarão reservados a notas técnicas subsequentes.

## SUMÁRIO EXECUTIVO